



PLANO DE SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO PARÁ

2020



Plano de Salvaguarda da Capoeira no Pará

Organização

Cyro Holando de Almeida Lins

Paula Pfluger Zanardi



Belém - PA
IPHAN
2020

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Turismo
Marcelo Álvaro Antônio

**Presidente do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional**
Larissa Peixoto

Diretores do IPHAN
Hermano Queiroz
Ione Maria de Carvalho
Marcelo Brito
Marcos José Silva Rêgo
Robson Antônio de Almeida

Diretor de Patrimônio Imaterial
Hermano Queiroz

**Coordenadora-Geral de Promoção e
Sustentabilidade**
Rívia Ryker Bandeira de Alencar

Coordenadora de Apoio a Bens Registrados
Natália Guerra Brayner

**Coordenadora de Monitoramento e Avaliação
de Salvaguarda**
Ellen Christina Ribeiro Krohn

Superintendente do IPHAN no Pará
Rebeca Ferreira Ribeiro

Coordenadora Técnica do IPHAN no Pará
Denise Rosario de Carvalho

**Coordenadora Administrativa do IPHAN
no Pará**
Paula Regina Pina Machado

**Ficha Técnica
Revisão**
Vitor Gonçalves
Ana Lima Kallás

Ilustrações
Maécio Monteiro

Mapa
Ruan Ribeiro

Fotografias
Acervo IPHAN
Keila Nepomuceno

Projeto Gráfico
Amanda Neuberger Campos

Diagramação
Amanda Neuberger Campos
Andréia Loureiro Cardoso

Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Pará

Membros Vitalícios: Antonio Bezerra dos Santos (Mestre Bezerra), Raimundo Pereira de Araújo (Mestre Mundico).

Representantes da Região Metropolitana de Belém: Luis Alex Sandro D. Macedo (Mestrando Madeira), Ednelson Vieira dos Santos (Professor Pupunha), Denilce Rabelo Borges (Sereia), Abel Junior Brito Xerfan (Mestre Abel), Joelson Silva de Sousa (Jagunço), Raimundo Nonato Ferreira Lima, Roberto Chagas de Oliveira Filho (Mestre Chaguinha), Carolina Ferreira de Oliveira (Pitchula), Luiz Carlos Leal dos Santos (Mestre Luiz Carlos), Jamile Caroline Andrade Conceição (Pretta), Gisele da Silva Figueira (Tsunami), Marinete do Carmo Pinto (Nete Açai), Jilberto de Souza Coelho (Mestre Bira Marajó), Leonel das Chagas Oliveira, Luiz Marcio dos Santos Macedo (Mestre Marcio), José Natalino do Espírito Santo Soares, Edilson de Souza Pereira (Nó Cego), Mac Iver Beckman, José Jorge Freitas (Mestre Ferro), Renato Amaral dos Santos, Carlos Alberto Lima Travassos (Mestre Carlinho), Alexandre Dias da Graça (Comilão), Anderson da Silva Costa (Jacaré), Dickson Leonardo da Silva Costa (Contramestre Panda), Andreza Barroso da Silva (Andreza Miudinha), Luiz Henrique Sandim Furo.

Representantes da Capoeira da Região Rio Guamá: Fabricio Souza Rabelo (Coyote), José Humberto Pereira dos Reis (Stranho), Jhon Lennon dos Santos Cordeiro, Paulo de Tasso Barata Pereira (Mestre Paulo Japonês), Joel Chagas de Araújo (Mestre Joel Bomneiro), José Laeris Cunha Maciel.

Representantes da Capoeira da Região Rio Caeté: Alelilton Garcia de Freitas (Espigão), Leonardo José de Lima Junior (Chokito), Evaldo Martins da Silva (Lobo Solitário), Raimundo Cleiton Lima da Silva (Takiri), Luis Alberto Borges Ferreira (Kabú), Alan Lindemberg Brito de Araújo.

Representantes da Capoeira da Região Rio Tocantins: Genivaldo Cruz Lopes (Pit Bull), Darcielly da Silva Cardoso, Jackson dos Santos Dias, Daiana Cristo de Barros, Raimundo Magno Cardoso, Welinton Ramond Nascimento, Raimundo dos Santos Gaia Neto (Bimba), João Batista de O. Santos.

Representantes da Capoeira da Região Marajó: Aézio dos Santos Figueiredo, Max Junior Modesto Alcântara, Francisco Claudiano de Freitas, Danielle Valle.

Representantes da Capoeira da Região do Baixo Amazonas: Paulo Lopes dos Reis (Mestrando Cöck), Kathellem Suellem Mota, Sâmia Amorim de Vasconcelos, Clemerson de Azevedo (Pakato).

Representantes da Coordenadoria de Educação para Promoção da Igualdade Racial/Secretaria de Estado de Educação do Pará: Maria Zeneide Gomes da Silva, Kátia Simone Alves de Araújo.



**Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional**
www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br
iphan-pa@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

P712

Plano de Salvaguarda da Capoeira no Pará/
Paula Pflüger Zanardi e Cyro Holando de Almeida
Lins, organizadores; Maécio Monteiro, Ilustrador.
Belém: IPHAN-PA, 2019.
36 p. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-85-60909-20-9

1. Capoeira – Plano de Salvaguarda. 2. Patrimônio
Imaterial. I. Zanardi, Paula Pflüger. II. Lins, Cyro Holando
de Almeida. III. Monteiro, Maécio.

CDD 363.69

Bibliotecária responsável: Odilé M^a M. Viana de Souza – CRB-1/2.120

Sumário

Apresentação	08
O que é o Plano de Salvaguarda? Como podemos utilizá-lo?	10
O Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Pará	11
Histórico dos Encontros	13
Histórico das Ações	18
Plano de Salvaguarda da Capoeira no Pará	22
Princípios e Diretrizes	22
Eixo 1- Mobilização Social e Alcance da Política	24
Eixo 2- Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda	27
Eixo 3- Difusão e Valorização	29
Eixo 4- Produção e Reprodução Cultural	32
O que são Centros de Referência da Capoeira?	33



Apresentação



A criação do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, teve como escopo ampliar a proteção e valorização do patrimônio cultural, ao incluir nº rol de bens a serem preservados aqueles de natureza imaterial. Em 2008, o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira foram registrados como bens culturais nacionais. Além do reconhecimento nacional, em 2014 a Roda de Capoeira foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Na qualidade de bens culturais registrados nos Livros de Registro das Formas de Expressão e de Saberes respectivamente, a Roda da Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira passam a ser objetos de um Plano de Salvaguarda. Embora registradas em livros diferentes a política de salvaguarda atua para ambas expressões culturais de forma unificada, a partir da interlocução e da participação direta dos(as) detentores(as), isto é, os(as) próprios(as) capoeiristas atuantes no estado do Pará.

A Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Pará (IPHAN-PA) realizou seis Encontros Regionais de Salvaguarda da Capoeira do Pará com o objetivo de garantir o protagonismo dos(as) capoeiristas no processo de formulação da política pública para a Capoeira. Estes encontros culminaram na construção deste Plano de Salvaguarda e na formação do Comitê Gestor de Salvaguarda da Capoeira no Pará.





O que é o Plano de Salvaguarda? Como podemos utilizá-lo?

Entende-se por Salvaguarda as medidas que visam valorizar, proteger, difundir o patrimônio brasileiro e, sobretudo, garantir os meios materiais e sociais de transmissão desse patrimônio para as novas gerações. Cabe ao IPHAN desenvolver esta política pública, tendo como diretrizes a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 da UNESCO e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

O Plano de Salvaguarda estabelece princípios e diretrizes que orientam as ações a serem realizadas com os objetivos de garantir que os saberes relacionados à Capoeira sejam transmitidos às novas gerações, de buscar estratégias para a manutenção das formas tradicionais de manifestação da Capoeira e de valorização dos(as) capoeiristas.

O plano foi construído conjuntamente pelo IPHAN e capoeiristas do estado do Pará. Para garantir sua ampla aplicação é necessário envolver as três esferas do poder público – União, Estado e Municípios – e estabelecer parcerias com órgãos cuja as atuações compreendam as políticas que incidam sobre a Capoeira.

Ações específicas, como a construção de plano de manejo das matérias primas, podem ser realizadas em parcerias com órgãos ambientais, por exemplo, assim como mapeamentos e pesquisas podem ser feitos conjuntamente com universidades e instituições de ensino. Destaca-se assim o caráter transversal da política de salvaguarda, que ultrapassa o escopo de atuação do IPHAN. Isso se deve em partes à própria característica da Capoeira que extrapola o âmbito da cultura, como colocou Mestre Pastinha: “Capoeira é tudo que a boca come”. Ao destinar recursos e executar ações voltadas para o segmento da Capoeira, as instituições e seus gestores podem se utilizar do extenso trabalho democrático de escuta, diálogo e construção das ações representativas para a Capoeira presentes aqui neste plano. Da mesma maneira, a sociedade civil, seja por meio das representações nos conselhos de cultura, ou nas articulações dos movimentos sociais, deve demandar do Estado a efetivação deste documento.

Por fim, o Comitê Gestor de Salvaguarda, os Grupos Territoriais de Trabalho instaurados e demais grupos e segmentos produtores/detentores da Capoeira devem trabalhar continuamente nas estratégias de implementação deste plano, contando com o apoio

técnico do IPHAN. A atuação do IPHAN na salvaguarda da Capoeira é marcada por uma série de desafios: a descontinuidade da mobilização dos capoeiristas, a escassez de recursos humanos e por vezes orçamentários, as poucas articulações com outras instituições comprometidas com o trabalho da preservação e da promoção da Capoeira. A salvaguarda da Capoeira só se efetiva se sua gestão for compartilhada entre o poder público, capoeiristas e demais agentes culturais que se proponham a participar e atuar em prol da manifestação cultural.

As ações aqui apresentadas foram elaboradas para serem realizadas no período de dez anos (2019-2029), após o qual serão reavaliadas. Estão divididas em quatro eixos definidos pela política pública de Salvaguarda dos bens, a saber:

- 1) Produção e Reprodução Cultural;
- 2) Mobilização Social e Alcance da Política;
- 3) Gestão Participativa e Sustentabilidade;
- 4) Difusão e Valorização.



O Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Pará

O Comitê da Salvaguarda da Capoeira no Pará foi um coletivo formado por representantes da capoeira e instituições públicas e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, grupos, movimentos e coletivos de Capoeira. Foi o coletivo responsável pela elaboração deste Plano, juntamente com o Iphan, tendo caráter deliberativo e administrativo da salvaguarda.

Foi constituído por 58 representantes titulares e suplentes entre instituições e capoeiristas, através da Portaria nº 6 de julho de 2017, vigente até a instituição do Decreto nº 9.759/2019, que determinou a extinção dos conselhos, comitês, comissões, grupos e outros tipos de colegiado ligados à administração pública federal.

Foram atribuições do Comitê Gestor:

- Contribuir para o processo de preservação, valorização e revitalização de todas as formas e tradições da Capoeira do Pará;
- Debater, refletir, desenvolver e assessorar ações e medidas para preservação, valorização e revitalização da Capoeira durante todo processo de Salvaguarda desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Elaborar e executar projetos de pesquisa, extensão, produção cultural e ensino para preservação, valorização e revitalização da Capoeira durante todo processo de Salvaguarda em parceria com entidades, grupos e movimentos/coletivos de Capoeira;
- Articular projetos sociais e de desenvolvimento sustentável com instituições governamentais e não-governamentais;
- Contribuir para o fortalecimento, a consolidação e autonomia das entidades, grupos e movimentos/coletivos de Capoeira do estado do Pará;
- Contribuir, em parceria com entidades, grupos e movimentos/coletivos de Capoeira, para a formação, capacitação, qualificação e treinamento de seus integrantes nas áreas de gestão, produção cultural, elaboração de projetos, captação de recursos, marketing, jurídica, comunicação, arte, educação, pesquisa histórica e sociocultural, bem como na confecção de instrumentos e indumentárias dessa manifestação cultural;
- Incorporar ao Plano de Salvaguarda da Capoeira do Pará entidades, grupos e movimentos/coletivos de Capoeira dos municípios do interior paraense;
- Criar instrumentos e projetos formais, de acordo com as possibilidades de cada instituição e entidade colaboradora, que viabilizem a disponibilidade de recursos financeiros, de infraestrutura e de logística para o desenvolvimento de ações em parceria com as entidades, grupos e movimentos/coletivos de Capoeira;
- Apoiar e promover as atividades de incentivo ao intercâmbio cultural de promoção da cidadania, da igualdade racial, étnica e de gênero;
- Promover ou apoiar eventos, atividades e projetos que visem à consecução dos objetivos e finalidades do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira;

- Atuar em cooperação com a política estabelecida para a cultura popular e para o patrimônio cultural imaterial, especialmente para a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria de Estado da Cultura e órgãos municipais de cultura do estado do Pará.



Histórico dos Encontros

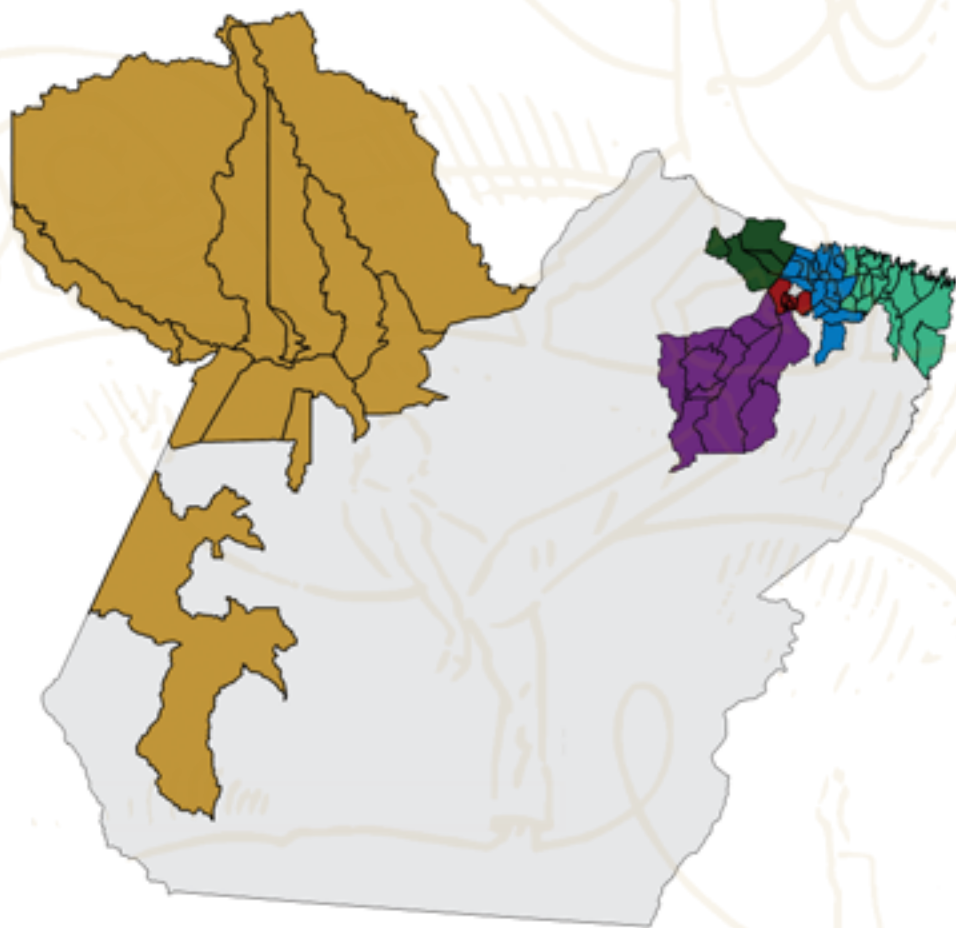
Os Encontros Regionais para a Salvaguarda da Capoeira no Pará fomentaram a participação dos grupos de Capoeira na elaboração deste Plano. Durante os encontros as discussões foram realizadas a partir de três eixos temáticos elaborados no escopo do Programa Pró-Capoeira:

- 1) Capoeira, Educação, Esporte e Lazer;
- 2) Capoeira: Apoio, Fomento e Sustentabilidade e
- 3) Capoeira: Identidade e Diversidade.

Em novembro de 2015 foi realizada a primeira etapa, envolvendo cerca de 50 representantes de grupos de Capoeira de Belém e Região Metropolitana. A segunda etapa aconteceu no ano de 2016 nas localidades Castanhal e Região Rio Guamá; Capanema e Região Rio Caeté; Salvaterra e Região Marajó; e Cametá e Região Rio Tocantins. Os encontros contaram com a presença da diversidade de estilos da Capoeira e dos grupos atuantes oriundos de municípios da região.

ENCONTROS	MUNICÍPIOS ALCANÇADOS	PARTICIPANTES
Região Metropolitana de Belém	05	54
Região Rio Guamá	17	26
Região Rio Caeté	15	20
Região Marajó I	04	18
Região Rio Tocantins	11	31
Região Baixo Amazonas	13	73

Apesar dos esforços empregados não foi possível atingir todo o estado do Pará. Objetiva-se formar Grupos de Trabalhos Territoriais, como o formado no Baixo Amazonas, que serão responsáveis por acompanhar e implementar as ações de Salvaguarda no território, manter a mobilização entre os capoeiristas e difundir a política nos municípios ainda não alcançados.



Belém e Região Metropolitana

Belém
Ananindeua
Benevides
Marituba
Santa Isabel do Pará

Castanhal e Região Rio Guamá

Castanhal
Colares
Curuçá
Igarapé-Açu
Inhangapi
Magalhães Barata
Maracanã
Marapanim
Santa Maria do Pará
Santo Antônio do Tauá
São Caetano de Odivelas
São Francisco do Pará
São João da Ponta
São Miguel do Guamá
Terra Alta
Vigia

Capanema e Região Caeté

Augusto Corrêa
Bonito
Bragança
Cachoeira do Piriá
Capanema
Nova Timboteua
Peixe Boi
Primavera
Quatipuru
Salinópolis
Santa Luzia do Pará
Santarém Novo
São João de Pirabas
Tracuateua
Viseu

Salvaterra e Região Marajó I

Salvaterra
Santa Cruz do Arari
Soure
Cachoeira do Arari

Cametá e Rio Tocantins

Abaetetuba
Acará
Baião
Barcarena
Cametá
Igarapé-Miri
Limoeiro do Arujá
Mocajuba
Mojú
Oeiras do Pará
Tailândia

Baixo Amazonas

Alenquer
Almerim
Belterra
Curuá
Faro
Itaituba
Juruti
Monte Alegre
Óbidos
Oriximiná
Prainha
Santarém
Terra Santa

Limite - Estado do Pará

Em julho de 2017, foi instituído o Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Pará, e em 2018 iniciou-se o trabalho de edição das ações propostas nos anos de 2015 e 2016, que totalizavam um número de 122 ações. Foi identificado que muitas ações se repetiam ou se assemelhavam. Por vezes, as discussões ocorridas em Eixos Temáticos diferentes propunham as mesmas soluções para os problemas identificados, o que gerou ações duplicadas dentro de um mesmo Encontro Territorial. As ações também se repetiam ao comparar os relatórios dos diferentes encontros. Esses indicativos demonstram que:

- 1) Há uma consistência nas propostas dos(as) capoeiristas sobre as ações que devem ser realizadas para a Salvaguarda da Capoeira;
- 2) Apesar de apresentarem suas especificidades territoriais, os problemas enfrentados pelos(as) capoeiristas do estado do Pará são semelhantes.

Desta forma, entende-se que, ainda que parte do estado do Pará não tenha contribuído na construção deste plano, as ações criadas resumem as principais demandas dos(as) capoeiristas. As 122 ações que constavam nos Relatórios dos Encontros Territoriais foram aperfeiçoadas e compiladas neste Plano de Salvaguarda. O processo de edição teve como objetivo agrupar ações comuns e elaborar uma redação acessível para todos.

ENCONTROS	QUANTIDADE DE AÇÕES PROPOSTAS
Região Metropolitana de Belém	38
Região Rio Guamá	11
Região Rio Caeté	27
Região Marajó I	18
Região Rio Tocantins	28
TOTAL DE AÇÕES	122

Este texto foi detalhadamente revisado pelo Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira em setembro de 2018. Ao fim deste mesmo mês foi realizado mais um Encontro Regional em Santarém que englobou a região do Baixo Amazonas. Considerando o avanço na elaboração das propostas e aproveitando as discussões e deliberações dos outros encontros, decidiu-se adotar nova metodologia para este território.

Os participantes dividiram-se nos quatro eixos temáticos da política de salvaguarda:

- 1- Produção e Reprodução Cultural;
- 2- Mobilização Social e Alcance da Política;
- 3- Gestão Participativa e Sustentabilidade;
- 4- Difusão e Valorização.

Em cada eixo discutiu-se as ações elaboradas pelos(as) capoeiristas de outros territórios, podendo os participantes acatar, propor alterações no texto, elaborar novas ações, ou rejeitar.

Das 30 ações existentes 22 foram acatadas, uma nova ação foi criada, e 8 tiveram suas redações aprimoradas. Durante o debate, em cada um dos eixos, os(as) capoeiristas sugeriam complementações às ações. Contudo essas adições já estavam previstas em ações de outros eixos temáticos. Diferente da estrutura da política pública, os capoeiristas elaboram propostas de maneira integrada, costumam propor ações de pesquisas já relacionadas a propostas de difusão da mesma, ou ações de preservação da memória do velho mestre sobre os usos das matérias primas que já conflui com a elaboração de um plano de manejo. Cabe ao trabalho de edição dividir essas propostas de acordo com os eixos. Podendo posteriormente serem executadas separadamente ou de forma articulada.

O Plano que apresentamos decorre deste longo e constante trabalho de mobilização e articulação dos(as) capoeiristas que acontece há sete anos (2012-2018) no Estado do Pará. Seu conteúdo conta com princípios, diretrizes e 31 ações. Contudo, não se esperou a consolidação deste documento para implementar ações. O IPHAN vem realizando ações de Salvaguarda a nível nacional desde 2009 e no Pará desde 2012, a partir das principais demandas identificadas nos Encontros. Acompanhe na página a seguir o histórico de ações implementadas.

Histórico das ações



2008

Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira são registrados como bens culturais nacionais.



2009

Em 22 de julho de 2009, é instituído **Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC)**. O grupo formado por representantes do Ministério da Cultura e tinha como objetivo estruturar as bases do **Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Programa Pró-Capoeira)**.



2010

O GTPC dá início a uma série de encontros que têm como objetivo a sistematização de demandas e ações para o **Programa Pró-Capoeira**.

O GTPC realizou três encontros regionais, nas cidades de Recife, Brasília e Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 900 capoeiristas.

Prêmio Viva Meu Mestre premiou 100 mestres de capoeira com idade superior a 55 anos.

1ª Reunião da Salvaguarda da Capoeira no Estado do Pará - 2013. Acervo IPHAN.

Para realizar a ampla divulgação e promoção dos bens registrados o IPHAN descentraliza as ações da Salvaguarda da Capoeira, a partir de 2012 cada Superintendência do IPHAN passa a ser responsável pela Salvaguarda da Capoeira em seu estado.



2012

2013

Realização de encontros de capoeiristas e outros profissionais envolvidos com a capoeira nos municípios de Santarém, Marabá e Belém, como uma ação de Salvaguarda, visando à realização de um mapeamento e cadastramento na região. Nos encontros foram discutidos instrumentos, conceitos e políticas voltados ao Patrimônio Imaterial, problemas enfrentados pelos capoeiristas no estado e possibilidades de ação.

Realização de encontros da Salvaguarda da Capoeira no estado do Pará, em Belém, os objetivos dos encontros foram permitir o diálogo com detentores desse bem cultural para construir um diagnóstico, identificar, debater e apontar possíveis soluções para os principais problemas relacionados à prática da capoeira no estado do Pará, visando propor ações para sua salvaguarda e formar um Grupo de Trabalho para a salvaguarda contando com a participação de detentores e instituições envolvidas com esse bem cultural na região.



Realização de ciclo de **Encontros Regionais da Capoeira no Pará** com o objetivo de fomentar a participação dos grupos na elaboração de diretrizes para as ações de salvaguarda. Com os encontros, pretendeu-se realizar uma ampla escuta pública de modo a construir um Plano de Salvaguarda de maneira democrática e participativa. Encontros foram realizados em: Belém do Pará, abrangendo também a Região Metropolitana; Castanhal, abrangendo a Região Rio Guamá; Cametá, abrangendo a Região Rio Tocantins; Capanema, abrangendo a Região Rio Caeté; Salvaterra, abrangendo a Região Marajó I.

2014 ···· 2015 ···· 2016 ····

O Grupo de Trabalho Interinstitucional para Salvaguarda da Capoeira no Pará realizou 12 reuniões ao longo do ano, articulando e mobilizando os capoeiristas.

Realização do **Ciclo de Palestras Conversas Pai d'égua: falando sobre patrimônio**, com o tema profissionalização da Capoeira. Os palestrantes do evento foram Paulo Magalhães - Contra Mestre Sem Terra (Bahia) e Mestre Bezerra (Pará).

A Capoeira é registrada pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade.



Encontro Regional da Salvaguarda da Capoeira - Belém 2015.
Foto: Keila Nepomuceno/Acervo IPHAN.

Articulação do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Pará, com representantes eleitos nos encontros regionais.

Realização do **I Colóquio Patrimônio, Gênero e Saberes Tradicionais** com o objetivo discutir o protagonismo das mulheres e sua importância enquanto detentoras e transmissoras do patrimônio cultural. Contou com atividades de roda de conversa com os temas **A mulher na Capoeira e Detentoras do Patrimônio Imaterial Paraense**. A atividade foi realizada em Belém, abrangendo também participantes da Região Metropolitana. As rodas foram conduzidas pelo Movimento Capoeira Mulher, de Belém, e Mestra Janja (Bahia).



Encontro Regional da Salvaguarda da Capoeira do Baixo Amazonas - 2018.
Foto: Keila Nepomuceno/acervo IPHAN.

... 2017 ... 2018

Realização do **Curso de Formação nos Conteúdos da Lei nº 10.639/03**, em parceria com o Grupo de Estudos Afro-Amazonicos, da UFPA. O Curso foi ministrado por professores da Universidade Federal do Pará, para uma turma de 40 (quarenta) capoeiristas, totalizando uma carga horária de 120 horas.

Oficinas de formação de detentores do patrimônio imaterial paraense, envolvendo a Capoeira, Carimbó, Festividades de São Sebastião do Marajó e Artesãos de Miriti. Foram realizados dois módulos:

- 1) Elaboração de projetos culturais e
- 2) Formação jurídica popular em associativismo cultural.

Realização do **Encontro para a Salvaguarda da Capoeira da Região do Baixo Amazonas**, no município de Santarém. Criação do GT de Salvaguarda da Capoeira do Baixo Amazonas.

Realização do projeto **Era eu,era meu Mestre: memórias da capoeira do Pará**, iniciativa do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Pará, com o objetivo de valorizar e difundir as trajetórias e memórias dos antigos mestres do Pará.

Iniciativa do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Pará, com apoio do IPHAN-PA, a **Chamada de Apoio Logístico a Eventos da Capoeira** apoiou cinco eventos com foco em atividades de Salvaguarda da Capoeira. Por meio de concessão de diárias e passagens aéreas a Chamada fomentou o intercâmbio de Mestres e Mestras de outros estados e capoeiristas paraenses.

Plano de Salvaguarda da Capoeira no Pará

Princípios

Não permitir a descaracterização de elementos da Capoeira por motivos religiosos e não investir recursos públicos para a Salvaguarda em eventos que neguem as matrizes africanas da Capoeira.

Diretrizes de Salvaguarda

Buscar meios para a criação de política pública que reconheça os Velhos(as) Mestres(as) e Mestres(as) Antigos(as) da Capoeira, valorizando a sua contribuição para a constituição da cultura brasileira e assegurando benefícios por meio de diferentes modalidades: prêmios, bolsas vitalícias, editais, entre outros, enquanto Mestres (as) da Cultura Popular.

Fortalecer a identidade da Capoeira ressaltando a oralidade, o saber fazer do(a) Mestre (a) e vivência de formação coletiva como elemento de transmissão de saberes e preservando suas formas tradicionais de aprendizado.

Reconhecer a dívida histórica que o Estado Brasileiro tem com a Capoeira em especial o estado do Pará.

Garantir a implementação de políticas públicas afirmativas e reparatórias para a Capoeira a partir das ações estabelecidas neste Plano.



Observações:

Este Plano de Salvaguarda entende que o termo Velho Mestre ou Velha Mestra remete à idade do Mestre(a) em questão, podendo o Mestre(a) ter idade avançada, mas tendo sido reconhecido como Mestre(a) recentemente, ou até mesmo nunca ter recebido a titulação, mas ser reconhecido pelos(as) capoeiristas como tal. Já o termo Antigo(a) Mestre(a) remete ao tempo de atuação na Capoeira enquanto Mestre ou Mestra.

Eixo 1 Mobilização Social e Alcance da Política

1.1. MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE COMUNIDADES E GRUPOS DETENTORES

AÇÃO 1

Promover periodicamente encontros, fóruns ou seminários do Comitê Gestor e dos Grupos de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no Pará.

AÇÃO 2

Promover fóruns, encontros, palestras, rodas de conversa, simpósios, oficinas, eventos e seminários. Todas as atividades serão abertas ao público em geral. Estas atividades terão como pauta:

- a) Identidade e cultura afro-brasileira, manifestações culturais e religiosas de matriz africana e afro-brasileira, história e cultura africana, história da Capoeira e sua diversidade;
- b) Combate ao racismo, à intolerância religiosa, ao machismo e a quaisquer outras práticas discriminatórias na Capoeira;
- c) Abordagem de questões pertinentes a segmentos específicos: questões de gênero na Capoeira, LGBT, com ações direcionadas a esses públicos;
- d) Valorização do saber dos(as) Velhos Mestres(as) e Mestres(as) Antigos(as), difusão e preservação dos conhecimentos e memória da Capoeira garantindo a transmissão do conhecimento aos mais novos(as);
- e) A promoção do diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular da Capoeira com outras manifestações culturais afro-brasileiras e afro-amazônicas;
- f) Os direitos autorais, direitos coletivos e propriedade intelectual. Os encontros serão abertos ao público em geral.

AÇÃO 3

Realizar cursos, oficinas, palestras, voltados para capoeiristas e que contem com orientação política e jurídica, em associativismo e formalização de grupos de Capoeira.

1.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E POLÍTICA INTEGRADA

AÇÃO 4

Buscar intermediações e articulações para a implementação dos Sistemas Municipais de Cultura nos municípios em que ainda não estão regulamentados e reivindicar a estruturação das Secretarias de Cultura e seus conselhos, garantindo no mínimo uma cadeira para representantes da Capoeira.

AÇÃO 5

No que se refere às manifestações da Capoeira nas datas comemorativas de cada localidade no que se refere às manifestações da Capoeira nestes eventos:

- a) Divulgar a história da resistência na Capoeira durante as ações comemorativas;
- b) Demandar o acesso dos(as) capoeiristas aos espaços públicos, nas datas comemorativas municipais, que sejam relevantes para a Capoeira;
- c) Demandar da Prefeitura de Belém o uso da Praça da República para as ações da Capoeira, especialmente no 7 de Setembro devido à historicidade da Capoeira que sempre acompanhou marchas, procissões, boi-bumbá, entre outros.

AÇÃO 6

Estabelecer diretrizes e orientações a partir da consulta da comunidade da Capoeira sobre a contratação de professores(as) de Capoeira, garantindo o piso salarial da categoria dos professores, respeitando valorizando o saber popular dos(as) capoeiristas, sem a necessidade de formação acadêmica para o desempenho dessa função, mas com critérios que legitimem o(a) capoeirista enquanto educador(a) capacitado(a) para essa atuação.

AÇÃO 7

Garantir a implementação do ensino de Capoeira no currículo das escolas públicas e privadas. Tendo como objetivo:

- a)** Orientar as Secretarias de Educação quanto à presença da Capoeira nas escolas, valorizando o(a) profissional da Capoeira;
- b)** Implementar e regulamentar leis municipais para a inclusão da Capoeira nas escolas municipais;
- c)** Efetivar e ampliar o Projeto Capoeira na Escola, não como projeto, mas como parte do Currículo Escolar;
- d)** Garantir a efetivação dos(as) capoeiristas como educadores(as) da rede pública, via concurso, conforme critérios de formação estabelecidos por capoeiristas;
- e)** Adequação dos espaços físicos das escolas para a prática da Capoeira.

1.3. PESQUISAS, MAPEAMENTOS E INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS - COM PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS(AS) CAPOEIRISTAS

AÇÃO 8

Realizar mapeamentos, estudos e pesquisas sobre as matérias-primas (madeiras, fibras e cabaças) que são utilizadas na fabricação dos instrumentos da Capoeira, sua origem e técnicas de manejo sustentável e de cultivo, sobre detentores destes saberes e locais onde ocorre a comercialização das matérias primas e instrumentos.

AÇÃO 9

Produzir e publicar documentários audiovisuais, estudos, cartilhas e materiais didáticos acerca da biografia e memória dos(as) Velhos(as) Mestres(as) e Mestres(as) Antigos(as) da Capoeira, resguardando os devidos direitos autorais, que sejam realizados a partir de pesquisa com a participação dos(as) Mestres(as), e que promovam a difusão dos conhecimentos sobre a Capoeira e sejam distribuídos gratuitamente para as comunidades às quais se destina e aos(às) Mestres(as) entrevistados(as) para seu uso como ferramenta de transmissão do saber.

AÇÃO 10

Realização de pesquisas e inventários sobre a história, a identidade da Capoeira e seus lugares no Pará.

Eixo 2

Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda

2.1 APOIO AO COMITÊ GESTOR DA SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO PARÁ E APLICAÇÃO DO PLANO DE SALVAGUARDA

AÇÃO 11

Garantir que as ações deste Plano de Salvaguarda sejam incorporadas aos planos municipais e estadual de cultura, por meio da representação de capoeiristas nas instâncias de participação e discussão entre a sociedade civil e os poderes públicos, tais como conselhos municipais e estaduais de cultura e educação, movimentos sociais, fóruns, colegiados, entre outros.

AÇÃO 12

Criação de Grupos de Trabalho Territoriais da Salvaguarda da Capoeira que contarão com representação no Comitê Gestor

2.2 FORMAÇÃO DE GESTORES(AS) PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS

AÇÃO 13

Realizar ações de formação, como programas e cursos, voltados para os(as) capoeiristas e a sua inserção nas escolas e nas universidades, que abordem:

- a) Elaboração e gestão de projetos de ensino de Capoeira inspirados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, garantindo sua inclusão no Projeto Político Pedagógico (PPP);
 - b) Elaboração das práticas de ensino de Capoeira, metodologia, plano de aula, plano de ensino que reflitam a identidade da Capoeira;
 - c) Disponibilizar formação para o(a) educador(a) acerca das temáticas que promovam a equidade na Capoeira, possibilitando o ensino da mesma às pessoas com necessidades educativas especiais.
- As ações de formação devem contar com, o mínimo, um(a) Mestre(a) de Capoeira com experiência de atuação em escolas.

AÇÃO 14

Promover cursos de capacitação, oficinas para qualificação dos(as) capoeiristas em:

- a) Elaboração e gestão de projetos culturais, captação de recursos e prestação de contas;
- b) Direitos Culturais, Sistema Nacional de Cultura (SNC), estruturação e consolidação dos Conselhos de Cultura e Planos Municipais de Cultura, leis e projetos de leis na área da cultura;
- c) Políticas Públicas para o esporte e lazer de âmbito federal, estadual e municipal.

AÇÃO 15

Capacitar, de forma continuada, os(as) capoeiristas em manejo sustentável dos recursos naturais utilizados na fabricação de instrumentos por meio de:

- a) Valorização do saber dos(as) mestres(as) sobre a diversidade de matérias primas, convidando-os(as) a ministrar oficinas de formação;
- b) Capacitação técnica em plantio e manejo de madeira, cabaças e cipós;
- c) Oficinas de confecção de instrumentos.

Eixo 3 Difusão e Valorização

3.1. DIFUSÃO SOBRE O UNIVERSO CULTURAL DO BEM REGISTRADO

AÇÃO 16

Fomentar a utilização da página do Cadastro Nacional da Capoeira (CNC), incluindo os(as) capoeiristas e grupos existentes no estado do Pará, mantendo atualizados os dados de contato para a comunicação entre capoeiristas.

AÇÃO 17

Atualizar o portal da Capoeira (www.capoeira.gov.br/) e a página do Facebook da Salvaguarda da Capoeira no Pará com divulgações; e fomentar o Fórum dos Coletivos de Salvaguarda como meio de divulgação e comunicação entre os(as) capoeiristas. Publicar:

- a) Editais abertos para capoeiristas;
- b) Pesquisas realizadas sobre a Capoeira.

AÇÃO 18

Criar o “Dia da Capoeira” nos calendários de celebrações dos municípios, para que sejam estimuladas a realização de atividades culturais, apresentações públicas, entre outros.

AÇÃO 19

Distribuir e divulgar publicações, catálogos, livros e demais materiais resultantes de pesquisas sobre a Capoeira para bibliotecas públicas, instituições e mestres(as) de Capoeira com o objetivo de difundir os conhecimentos sobre a Capoeira.

AÇÃO 20

Elaborar e distribuir materiais didáticos, cartilhas e informativos sobre:

- a) O combate à intolerância religiosa e ao racismo e difusão das culturas de matriz africana e afro-brasileiras, a ser distribuído e utilizado nas atividades de formação;
- b) A Capoeira enquanto identidade e diversidade da cultura brasileira;
- c) Conhecimentos e fundamentos pertinentes à prática da Capoeira em relação com outras práticas afro-brasileiras (Samba do Cacete, Carimbó, Boi-Bumbá, Bamguê, Samba de Roda, entre outros);
- d) Proteção à propriedade intelectual e aos direitos autorais dos capoeiristas.

3.2 CONSTITUIÇÃO, CONSERVAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ACERVOS SOBRE O UNIVERSO CULTURAL DA CAPOEIRA

AÇÃO 21

Alimentar o site do Cadastro Nacional da Capoeira com publicações relacionadas ao universo da capoeira.

AÇÃO 22

Em relação à acervos:

- a) Formação de acervo bibliográfico e audiovisual sobre a Capoeira;
- b) Fomentar, divulgar e preservar o material referente à Capoeira no acervo Vicente Salles do Museu da UFPA.

3.3. AÇÃO EDUCATIVA PARA DIFERENTES PÚBLICOS

AÇÃO 23

Sensibilização das instituições acadêmicas e dos acadêmicos para a necessidade da participação ativa dos(as) capoeiristas e grupos de Capoeira para:

- a) A elaboração de projetos de pesquisa e extensão que reflitam as necessidades da Capoeira;
- b) Criação de espaços de debates sobre a Capoeira garantindo a presença dos(das) Mestres(as) de Capoeira como palestrantes reconhecendo sua formação popular.

3.4. EDITAIS E PRÊMIOS PARA INICIATIVAS DE SALVAGUARDA

AÇÃO 24

Criação de editais de fomento específicos para a Capoeira, nas esferas federal, estadual e municipal, em modo simplificado, diminuindo a burocracia, adotando a forma audiovisual para a submissão dos projetos, que considerem o custo amazônico e que sejam:

- a) Preferencialmente na modalidade prêmio;
- b) Com diferentes modalidades de inscrição para o amplo acesso da comunidade da Capoeira;
- c) Com cotas para o gênero feminino e para o interior do estado;
- d) Que incluam obrigatoriamente, na comissão avaliadora, capoeiristas reconhecidos pela comunidade.

Eixo 4 **Produção e Reprodução Cultural**

4.1. TRANSMISSÃO DE SABERES RELATIVOS AO BEM CULTURAL REGISTRADO

AÇÃO 25

Promover o intercâmbio com Mestres e Mestras da Capoeira para:

- a)** Realizar oficinas de transmissão de saberes e fundamentos da Capoeira, preservando as formas tradicionais de aprendizado;
- b)** Realizar formação sobre relações de gênero e a importância histórica e atual da mulher na Capoeira.

4.2. APOIO ÀS CONDIÇÕES MATERIAIS DE PRODUÇÃO DOS BENS CULTURAIS REGISTRADOS

AÇÃO 26

Fomentar redes de economia solidária, trocas e comercialização de matérias primas e instrumentos entre grupos de Capoeira e comunidades produtoras.

AÇÃO 27

Estabelecer o diálogo com as Secretarias de Meio Ambiente, Embrapa, ICMBio, IBAMA e universidades com o objetivo de garantir o manejo das espécies vegetais que são utilizadas na confecção dos instrumentos da Roda de Capoeira, a partir da garantia de:

- a)** Acesso dos(as) detentores(as) às áreas de manejo para a retirada da matéria prima e sua imediata reposição;
- b)** Criação de áreas de preservação e manejo com plantio de mudas das matérias-primas com plano de manejo sustentável.

4.3. OCUPAÇÃO, APROVEITAMENTO E ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA CENTROS DE REFERÊNCIA DE BENS REGISTRADOS

AÇÃO 28

Construir e/ou adequar e realizar a manutenção de espaços físicos públicos como praças, quadras, mercados, largos e outros dos municípios e do estado, com a estrutura e equipamentos necessários para a prática da Capoeira de acesso livre a todos os grupos, por meio de acordos de cooperação.

AÇÃO 29

Tratativas com os agentes responsáveis pela administração dos espaços públicos para a realização de eventos de Capoeira, garantindo gratuitamente a estrutura necessária como equipamentos e logística.

AÇÃO 30

Implementar Centros de Referência da Capoeira que contarão com acervo e documentação da memória da Capoeira e dos(as) Mestres(as).

O QUE SÃO CENTROS DE REFERÊNCIA DA CAPOEIRA?

São espaços físicos para abrigar acervos do bem cultural, realizar ações de Salvaguarda, promover a socialização dos detentores e a divulgação do bem cultural para a sociedade mais ampla.

O objetivo do Centro de Referência é a produção, transmissão, fruição e difusão do bem Registrado de modo a proporcionar aos seus detentores condições objetivas de continuidade, transmissão e também de liberdade para criação e recriação das práticas culturais associadas a esses bens. Sua existência é destinada para o coletivo e para o público em geral.

Nesse sentido, os Centros de Referência não podem se confundir com sedes de grupos de Capoeira ou sedes de instituições parceiras.

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA DE BENS REGISTRADOS

1. Desenvolver ações de Salvaguarda que sejam planejadas e realizadas pelos segmentos diretamente relacionados à produção do bem Registrado;
2. Promover a integração, a transmissão e a memória dos saberes e fazeres culturais dos indivíduos, grupos e comunidades ligados à produção, circulação e fruição do bem Registrado;
3. Proporcionar e fomentar a articulação em rede dos grupos, segmentos e comunidades de detentores e agregar outros bens culturais significativos para os grupos detentores;
4. Fortalecer as relações de parceria entre os grupos detentores, instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais e com a sociedade abrangente.

PARA O ESTABELECIMENTO DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA O IPHAN PROMOVERÁ UM ESTUDO DE VIABILIDADE QUE ABORDARÁ OS SEGUINTE ASPECTOS:

1. Existência do espaço físico adaptado às atividades do Centro ou à necessidade de realização de eventuais adaptações;
2. Nos casos de ausência de espaço físico, a possibilidade de promoção de parcerias com poderes públicos locais para a cessão de um espaço;
3. O potencial para a garantia da manutenção da infraestrutura e serviços essenciais (água, energia elétrica, limpeza, etc.);
4. O meio para o repasse de recursos financeiros e que tipo de instituição é mais adequada para executá-lo;
5. O potencial para a articulação com os detentores dispersos no território;
6. O potencial para a articulação com parceiros locais e articulação com programas e projetos no âmbito das esferas públicas;
7. O potencial para a difusão de conhecimento junto ao público amplo;
8. O potencial para implementação da gestão participativa no desenvolvimento de ações de Salvaguarda e sustentabilidade no médio prazo.

Embora o IPHAN possa apoiar a criação de um Centro de Referência com recursos financeiros e apoio interinstitucional, a gestão e a sustentabilidade destes Centros, a longo prazo, deverão ser realizadas pelos próprios(as) capoeiristas. Para isso, recomenda-se a captação de recursos oriundos de programas de governos estaduais, municipais, e apoio da iniciativa privada, como por exemplo, por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), dentre outros, e/ou o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos ou privados.

4.4. ATENÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL DOS SABERES E DIREITOS COLETIVOS

AÇÃO 31

Garantir aos(as) capoeiristas os direitos autorais e de propriedade intelectual de suas imagens, músicas e musicalidade. Orientar os(as) capoeiristas sobre apropriação de conteúdos e sobre o registro de suas obras.





SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

GOVERNO
FEDERAL